

Modernização contemporânea e nova constituição dos circuitos da economia urbana

María Laura Silveira

Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires,
Argentina

p. 245-261

Como citar este artigo:

SILVEIRA, M. L. Modernização contemporânea e nova constituição dos circuitos da economia urbana. **Geosp – Espaço e Tempo** (Online), v. 19, n. 2, p. 246-262, ago. 2015. ISSN 2179-0892.

Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/102778>>. doi: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geosp.2015.102778>.



Este obra está licenciado com uma Licença Creative Commons
Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.

revista

Geo 
USP
espaço e tempo

Volume 19 • nº 2 (2015)

ISSN 2179-0892

Modernização contemporânea e nova constituição dos circuitos da economia urbana

Resumo

Em primeiro lugar, apresentamos brevemente a necessidade de considerar o contexto histórico para evitar as metáforas na explicação da urbanização e da cidade no período da globalização. Em segundo lugar, discutimos a técnica, a informação, as finanças e o consumo como variáveis determinantes do acontecer contemporâneo e, em decorrência, da urbanização. Nessa explicação, procuramos mostrar as novas feições dos circuitos da economia urbana e o papel do Estado. Finalmente, tratamos das novas articulações entre os circuitos e das formas de integração na metrópole e na rede urbana, num quadro de crescimento extensivo e intensivo do circuito superior.

Palavras-chave: Metrópole. Rede urbana. Circuitos da economia urbana. Globalização. Integração.

Modernización contemporáneo y nueva constitución de los circuitos de la economía urbana

Resumen

En primer lugar, abordamos brevemente la necesidad de considerar el contexto histórico para evitar metáforas en la explicación de la urbanización y de la ciudad en el periodo de la globalización. En segundo lugar, discutimos la técnica, la información, las finanzas y el consumo como variables determinantes del devenir contemporáneo y, en consecuencia, de la urbanización. En esa explicación buscamos mostrar los nuevos rostros de los circuitos de la economía urbana y el papel del Estado. En tercer lugar, tratamos las nuevas articulaciones entre los circuitos y las formas de integración en la metrópoli y en la red urbana, en el marco del crecimiento extensivo e intensivo del circuito superior.

Palabras clave: Metrópoli. Red urbana. Circuitos de la economía urbana. Globalización. Integración.

Contemporary modernization and new constitution of the circuits of the urban economy

Abstract

First, we consider that is necessary to think about historical context to avoid metaphors in the explanation of the urbanization and the cities at the period of globalization. In second place, we discuss the technique, the information, the finance and the consumption as determinant variables of contemporary events and consequently of the urbanization. In this reasoning we show the new faces of circuits of urban economy and the function of public power. In third place, we argue about the new articulations between the circuits and the forms of integration in metropolis and at the urban system, in context of extensive and intensive growth of upper circuit.

Keywords: Metropolis. Urban system. Circuits of the urban economy. Globalization. Integration.

Introdução

No momento em que Harvey (2014, p. 22), no seu livro *Cidades rebeldes*, lembra a “conexão íntima entre o desenvolvimento do capitalismo e o processo de urbanização”, também assinala a ideia da velocidade e intensidade do processo de urbanização nos últimos cem anos.

Essa aceleração levou a transformações profundas e estruturais do território e da economia urbana que muitos buscaram interpretar por meio de metáforas, as quais acabaram por reforçar a fragmentação e ocultar a coesão ou, em outros casos, conduziram à elaboração de narrativas equivocadas porque prenes de meias-verdades ou de premissas anacrônicas. Em *Las reglas del desorden*, Duhau e Giglia (2008) explicam que metáforas como urbanização em arquipélago, metrópole fragmentada, cidade de ilhas, urbanismo pós-moderno têm sido utilizadas como um recurso para expressar a fragmentação dos espaços metropolitanos, tanto pela ausência de elementos integradores como pela configuração espacial que reflete a diferenciação dos estratos sociais, econômicos e étnicos.¹

1 Para os autores (Duhau; Giglia, 2008), o projeto Santa Fe, na cidade do México, desponta como um exemplo do chamado “urbanismo insular”, que resulta de três processos convergentes: ausência de um modelo público de cidade e de um poder público regulador, articulação espacial das práticas de consumo por meio de um efeito “funil” a partir da implantação de *shopping centers* nos eixos metropolitanos ou em nodos viários e a flexibilidade locacional das estratégias imobiliárias graças ao uso do automóvel por parte daqueles que morarão nessas áreas. Além disso, explicam que o projeto Santa Fe foi implantado numa área não urbanizada (800 ha), da qual primeiro se extraía areia e que depois se tornou um lixeiro a céu aberto. Ali se construíram edifícios de escritórios e de habitação de alto padrão, *shopping centers*, universidades e hospitais destinados a camadas sociais de alta renda.

Vários anos antes, Santos (1990, p. 89-90), no seu livro *São Paulo: metrópole corporativa e fragmentada*, já alertava que “a imobilidade de tão grande número de pessoas leva a cidade a se tornar um conjunto de guetos e transforma sua fragmentação em desintegração”.² E, nessa linha, Ribeiro (2012, p. 93) conclui que a noção de fragmentação foi utilizada para explicitar o “agravamento das desigualdades sociais em suas dimensões material e simbólica”, uma vez que:

[...] a noção de fragmentação indica tanto transformações na materialidade urbana que interrompem a cooperação e o intercâmbio de bens e ideias, isolando segmentos sociais, quanto a perda de referências institucionais na orientação da vida diária e na definição de expectativas coletivas.

Diante dessa questão, é evidente a necessidade de historicizar, isto é, ver a urbanização como manifestação do uso do território em cada período, como causa e consequência da sucessão de divisões territoriais do trabalho e, mais particularmente, compreender que não poucas metrópoles periféricas devem sua condição atual menos à industrialização endógena e mais a uma modernização vinculada a uma industrialização externa, que resultou na formação de dois circuitos da economia urbana (Santos, 1975; Silveira, 2004; 2009). Diversos, porém interdependentes, tais circuitos constituem um conjunto de atividades desenvolvidas com graus diferentes de capital, tecnologia e organização, que resultam de duas causas entrelaçadas: a modernização capitalista e a desigualdade na distribuição da renda. Os processos de industrialização interna, que alcançaram a alguns países e regiões latino-americanos, se desenvolveram, tantas vezes, sobre essas cidades divididas.

Ontem e hoje, reconhecemos na cidade nexos e rupturas, renovados a cada dia no movimento unitário do real. Na busca de elaborar esquemas interpretativos, um problema recorrente parece advir de certa incapacidade de discernir as variáveis determinantes de suas manifestações fenomênicas ou, em outras palavras, os eventos e as formas, assim como da falta de convicção da necessidade de estudar ambos nas suas relações dialéticas. Na interdependência social das demandas e das ofertas, os circuitos da economia urbana contribuem na construção da coesão mas, na segmentação da produção, resultado dos desiguais graus de capital, os circuitos retratam a fragmentação da vida social e econômica. Esses eventos e formas podem ser reconhecidos em escalas diferentes.

Por isso, também é mister insistir na ideia de que é o território usado de uma nação – a formação socioespacial – que explica a cidade. Esse é o partido de método da teoria dos circuitos da economia urbana, ao formular, concomitantemente, uma economia política da urbanização e uma economia política da cidade (Santos, 1994) ou, em outras palavras, compreender a urbanização e a cidade como duas manifestações do movimento do espaço a partir das variáveis determinantes.

2 Para Santos (1990, p. 90), “o modelo econômico e territorial brasileiro cria o fenômeno da imobilidade relativa, que atinge os mais pobres, de modo que, em muitas seções da cidade, os que não encontram trabalho formal na própria área, ou não têm ocupações informais em outras, empreendem atividades informais as mais diversas perto de onde vivem ou ficam sem trabalhar e acabam por não precisar regularmente de transporte”.

Acontecer solidário, urbanização e circuitos da economia urbana

A urbanização contemporânea é resultado de um processo de modernização que se caracteriza pela implantação de um complexo técnico-científico, demandante de informação e cujo motor é a finança (Santos, 1996) que transforma e impõe objetos e formas de fazer. Em outras palavras, a técnica contemporânea, resultado de uma ciência normalizada e orientada à modernização das forças produtivas, caracteriza-se por ser autônoma, invasora e autopropulsiva, e o cálculo torna-se a base da sua formação. Como elemento constitutivo da base material e da vida social, a técnica atual permite falar de uma racionalidade do espaço geográfico a partir da configuração de um meio técnico-científico-informacional. Verifica-se uma difusão generalizada dos objetos técnicos que permite seu encontro com a ação pretendida da maneira mais eficaz (Santos, 1996). Como expressa Santos (1996, p. 241): “com o advento do espaço racional, este se torna uma verdadeira máquina, cuja energia é a informação e onde são as próprias coisas que constituem o esquema de nossa ação possível”.

No entanto, a técnica contemporânea reúne, ao mesmo tempo, o sistemismo dos grandes objetos técnicos e a natureza divisível da sua estrutura. Esta natureza da técnica atual é também o fundamento da tecnificação da vida econômica e social (Ellul, 1968) que, para além das determinações e rigidezes que impõe, abre um leque de usos, com a ativa participação de uma nova porção marginal do circuito superior e do circuito inferior. As técnicas atuais são divisíveis, flexíveis, dóceis, doces (Gaudin, 1978; Santos, 1996) porque demandam inteligência e informação e, por essa razão, permitem usos e escalas distintos. De algum modo, a técnica é a nova substância da vida que poderia ser vista como a tecnicidade das relações sociais contemporâneas, à qual se refere Martín-Barbero (2002) quando explica que, hoje, vivemos uma “liga” do cérebro, e a informação que substitui a tradicional relação do corpo com a máquina e constrói um saber-fazer com maior conteúdo mental. Todavia, não esqueçamos que as técnicas da informação, responsáveis pelo verdadeiro sistemismo técnico contemporâneo, transformam a capacidade de ação de quem as usa mas, fundamentalmente, de quem as governa.

Nem as técnicas nem o mercado funcionam sem uma informação abundante e precisa que, contudo, ao permanecer em estado puro,³ produz um novo valor para o trabalho e impõe novas formas de fazer. Um autor como Sue (1997, p. 84)⁴ vai ainda mais longe quando afirma que “o saber não é somente um fator de produção entre outros, como o capital ou o trabalho. Ele tende progressivamente a substituir os outros fatores e permite conseguir importantes economias”.

Nessa lógica e revelando um momento novo do modo de produção capitalista, as finanças em estado puro tornam impossível sua separação da produção, seja qual for o ramo de atividade. Ao discutir essa questão na economia urbana, Santos (1994, p. 93) escreve:

3 Na opinião de Santos (2000, 38), “Entre os fatores constitutivos da globalização, em seu caráter perverso atual, encontram-se a forma como a informação é oferecida à humanidade e a emergência do dinheiro em estado puro como motor da vida econômica e social. São duas violências centrais, alicerces do sistema ideológico que justifica as ações hegemônicas e levam ao império das fabulações, a percepções fragmentadas e ao discurso único do mundo, base dos novos totalitarismos – isto é, dos globalitarismos – a que estamos assistindo”.

4 Para Sue (1997), o desenvolvimento do setor terciário – que inclui hoje fundamentalmente serviços ligados à informação, ao saber e à inteligência – concorreu para a configuração de um novo modo de produção.

[...] tesourizar em uma economia de fluidez e de crédito é praticamente impossível, levando a que áreas cada vez mais amplas dos setores produtivos dependam do sistema financeiro, que, mediante essa socialização forçada, realiza a unificação de uma economia urbana tão diversa e fragmentada.

Nesse “processo de financeirização, hierárquico e assimétrico” que chega aos países latino-americanos (Arroyo, 2006, p. 185), encontramos manifestações como o avanço das técnicas financeiras, que promovem o crédito, o financiamento dos investimentos e a gestão das dívidas hoje conhecida sob o nome de “titulização”. Dias e Lenzi (2009, p. 115) lembram que:

[...] o núcleo de inovações tecnológicas de base microeletrônica engendra mudanças nas formas assumidas pelo dinheiro e pelas finanças. Dinheiro virtual, cartões magnéticos inteligentes e transferência eletrônica de fundos rematerializam o dinheiro, que se transforma em unidades de informação transmitidas pelas redes de telecomunicações.

Mas essa modernização que reorganiza os fatores de produção e provoca novos processos e manifestações urbanas não se completaria sem o consumo que, na atualidade, ganha contornos antes nunca vistos, com uma extraordinária difusão social e territorial, provocada não apenas pela ação das grandes empresas, mas também do Estado. Hoje, boa parte dos governos latino-americanos tem como *leitmotiv* as políticas de promoção ao crédito como modo de incentivar o crescimento. No entanto, a modernização do consumo provoca uma maior dependência de insumos da economia superior e, amiúde, externa, e o aumento da necessidade de crédito, uma vez que as demandas aumentam mais rapidamente do que as rendas das classes médias e pobres. Daí que as ações corporativas tenham como objetivo central a imposição do crédito nas diferentes camadas sociais naquilo que já Haesler⁵ (apud Lazzarato, 2013) denominava automação do crédito. Poderíamos fazer nossas as palavras de Lazzarato (2013, p. 23-24), quando escreve:

Por meio do consumo, mantemos, sem sabê-lo, uma relação cotidiana com a economia da dívida. Carregamos nos nossos bolsos e carteiras a relação credor-devedor, inscrita nos circuitos do chip do cartão de crédito. Esse pequeno retângulo de plástico esconde operações de aparência inócua, porém de sérias consequências: a abertura *automática* da relação de crédito que instaura uma dívida permanente. O cartão de crédito é o meio mais simples de transformar seu portador em devedor permanente, ‘homem endividado’ de por vida.

Portanto, a expansão das finanças e do consumo tem um papel estruturador da vida individual e social na contemporaneidade. E, como explica Santos (2000, p. 56):

O novo dinheiro torna-se onipresente. Fundado numa ideologia, esse dinheiro sem medida se torna a medida geral, reforçando a vocação para considerar a acumulação como uma meta em si mesma [...] o resultado dessa busca tanto pode levar à acumulação (para alguns) como ao endividamento (para a maioria).

Criadoras de infinitos eventos subordinados, essas variáveis determinantes do período se tornam dominantes (Santos, 1996) e, portanto, produtoras de uma profusão de formas materiais e imateriais características da modernidade contemporânea. Exemplo disso é o rearranjo

5 HAESLER, A. J. *Sociologie de l'argent et postmodernité: recherche sur les conséquences sociales et culturelles de l'électronisation des flux monétaires*. Ginebra: Droz, 1995.

da divisão social do trabalho que demanda um número crescente de profissões e, não raro, um número decrescente de empregos desigualmente repartidos no tecido metropolitano. Enquanto em pontos concentrados e modernos da metrópole se adensam profissões sofisticadas, determinando a rápida obsolescência dos saberes e um círculo vicioso de criação de novos saberes específicos, a mancha metropolitana se expande multiplicando profissões e ofícios simples. Necessárias à reprodução da vida, essas atividades se repetem ora ao sabor das economias de aglomeração da pobreza, ora graças às oportunidades nascidas nas áreas de rarefação de comércios e serviços das periferias. Assistimos, portanto, ao surgimento de uma divisão territorial do trabalho que segmenta e uma cooperação que unifica criando novas formas de coesão e fragmentação.

Nesse retrato, reconhecemos variáveis inerentes ao circuito superior, como boa parcela da infraestrutura pública e os sistemas técnicos intensivos de produção capital, incluindo a técnica da informação e das telecomunicações, mas também as novas formas materiais e políticas de controle financeiro. São elementos intrínsecos porque autorizam ações hegemônicas e aumentam a diferença de capitalização com relação à economia pobre, inclusive pela via da inclusão tecnológica e/ou mercantil. Por exemplo, o peso dos serviços de telefonia celular no orçamento familiar das classes médias, dos pobres e das pequenas empresas, em termos absolutos e em termos comparativos com outras despesas correntes, é extraordinário e, evidentemente, tem uma significativa repercussão na liquidez das camadas mais baixas e na drenagem de dinheiro dos lugares. Nesse contexto, a política das empresas tem na “economia do acesso” (Durand, 2011, p. 189)⁶ uma importante manifestação, a partir da venda dos aparelhos a preço baixo e a sub-reptícia imposição de serviços e tarifas. O grau de capitalização das grandes operadoras aumenta ao ritmo do empobrecimento do circuito inferior. Eis uma manifestação do sumidouro de riqueza socialmente gerada que se realiza a partir da ampliação dos consumos dos pobres.

Mas, quando a espessura da vida social exige uma comunicação fluída para integrar-se direta ou indiretamente à divisão territorial do trabalho hegemônica, torna-se imprescindível estar-com-os-outros⁷ e as telecomunicações despontam como uma manifestação contemporânea desse modo de existência. Acirra-se essa tendência no momento em que o poder público negligencia sua responsabilidade de assegurar a universalidade de outros serviços mais baratos como a telefonia fixa. É verdade que a vida metropolitana, com o tamanho do meio construído e os empecilhos para a circulação daqueles que não podem pagar pela velocidade, impinge ao consumo de semoventes tecnológicos. Nesse contexto, não seria um exagero dizer que a telefonia celular tornou-se uma necessidade da vida social contemporânea e, em decorrência,

6 A partir da noção de idade do acesso, de Rifkin, Durand (2011, p. 189) propõe a ideia de economia do acesso. Esta tem como objetivo “atrair o cliente, que acredita pagar apenas um preço mínimo, correspondente ao serviço exato que consome”. Essa atração se exerce a partir de benefícios, descontos e presentes que buscam a lealdade do consumidor no longo prazo (Rifkin em Durand, 2011). É o *modus operandi* das operadoras de telefonia celular quando vendem os aparelhos a um preço marginal para depois vender não apenas comunicações telefônicas, mas sobretudo serviços de mensagens telefônicas, acesso à *internet*, transmissão de imagens (Durand, 2011).

7 É o próprio Heidegger quem diz que estar no mundo é estar em situação. Estamos com as coisas, com outros homens e numa esfera de significados. Estamos compartilhando valores morais, culturais e civilizatórios, que nos dão uma oportunidade de entendimento (Silveira, 2006). Para Ricœur (2000, p. 498): “el ‘ser-en-el-tiempo’ es el modo temporal de estar-en-el-mundo” (Ricœur, 2000, p. 498). E ele esclarece que “estar-en significa entonces estar al lado – al lado de las cosas del mundo” (Ricœur (2000, p. 499).

que a escassez de tal semovente pareceria ser hoje uma manifestação de pobreza. Não nos referimos aqui ao consumo consumptivo, resultado direto de uma publicidade cientificamente produzida, mas sobretudo ao consumo produtivo, uma vez que o celular possibilita horizontes de trabalho num momento de diminuição dos empregos ditos formais. Todavia, o problema é que a aquisição de um aparelho celular é feita numa firma global que exerce uma situação de oligopólio e que tem a possibilidade de baralhar publicidade e informação. O poder público vem a reboque, por vezes buscando resolver os conflitos entre grandes empresas e consumidores, por vezes criando as condições para o exercício da situação de oligopólio em lugar de regular a telefonia móvel como serviço público. De um modo ou de outro, a consequência é, mais uma vez, o endividamento dos pobres e das classes médias. Ainda que estivesse explicando o contexto da década de 1970, a frase de Santos (2004, p. 243-244) revela os mecanismos de extração de dinheiro dos mais pobres por parte do comércio concentrado:

Esse endividamento, generalizado, única maneira possível de os pobres sobreviverem, e para a maior parte o meio de responder ao efeito-demonstração, constitui um mecanismo de poupança popular. As margens de lucro, através das quais os comerciantes se protegem contra os riscos e cobram pelos prazos de espera, fazem parte desse mecanismo de espoliação, cujos lucros, aparentemente utilizados para a manutenção do sistema (o circuito inferior), sobem por diferentes canais, inclusive o banco, para o circuito superior.

Num complexo processo de produção de inovações tecnológicas e de produção de consumidores em todas as camadas sociais e lugares, poderíamos assinalar variáveis que ficam restritas à economia superior e outras que se banalizam. Para não perder o passo, as divisões sociais e territoriais do trabalho não hegemônicas precisam incorporar alguns elementos da modernidade. Daí a dominância das variáveis, ainda que essa adesão torne envelhecida a variável e, antecipando-se, o circuito superior crie novos elementos modernos para determinar novas transformações.

Resultado duplo e contraditório da rigidez das técnicas invasoras e da banalização das técnicas doces, a tecnificação da vida social e do território é também causa e consequência do aprofundamento da divisão social e territorial do trabalho dentro do próprio circuito superior marginal. A técnica autoriza novas atividades que, ademais, podem coexistir com as anteriores, e o resultado mais visível é a pluriatividade exercida pelos agentes dessa porção marginal do circuito superior. Tal processo é também criador de fluxos e, por isso, de novas demandas, vinculadas à circulação e a comunicação no sentido amplo. Na manutenção de equipamentos médico-hospitalares no estado de São Paulo, David (2010) reconheceu a existência de agentes que, sendo funcionários de empresas como Siemens ou Philips, ofereciam também esses serviços a partir de pequenas oficinas. É possível, nesse contexto, que a permanente incorporação de técnicas em certas atividades metropolitanas e em áreas urbanizadas modernas aumente a elasticidade da porção marginal do circuito superior, não apenas por crescimento demográfico, mas também pela pluriatividade que autoriza.

Quando Goldfinger (2002, p. 87) afirma que, “no mundo industrial, o consumo de massas implica a produção em massa”, enquanto, “no universo imaterial, é possível combinar uma produção artesanal e um consumo de massas”, nos ajuda a identificar algumas razões históricas

das novas feições dos circuitos da economia urbana. Próprias ou complementares da produção em massa, atividades como a fabricação de sacolas plásticas, detergentes ou sabonetes é realizada hoje por agentes do circuito inferior, a partir de uma combinação de técnicas e insumos industriais e modos artesanais de manipular tais objetos e insumos. Esses bens, cujos conteúdos advêm da produção em massa e cuja forma resulta de uma elaboração artesanal, coexistem, na oferta e no consumo, com uma enorme quantidade de produtos industriais. Nestes, o lucro é assegurado, fundamentalmente, pela produção e distribuição em grande escala mas, sobretudo, por elementos próprios dos círculos de cooperação, como a publicidade, o financiamento, as negociações com supermercados, entre outros. Ao mesmo tempo, naquilo que o autor chama imaterial – percepção algo incompleta dos processos produtivos que jamais são apenas imateriais – vemos a potência de um circuito superior marginal, cujos agentes são capazes de manipular algumas variáveis técnicas e organizacionais modernas para produzir, com custos relativamente baixos, bens e serviços de consumo massificado. Amiúde demandando saberes e tarefas que o circuito inferior não poderia desenvolver, atividades como a edição de livros, a produção de filmes ou a gravação de música coexistem, também com grandes oligopólios da edição e da indústria do entretenimento. A pesquisa de Creuz (2014) já havia apontado essas tendências nas metrópoles brasileiras. Essas novas situações autorizar-nos-iam a perguntar se hoje a técnica flexível, que se banaliza e permite o descortinar de novas divisões sociais e territoriais do trabalho, não poderia ser vista como variável inerente do circuito superior marginal e do circuito inferior.

Por outra parte, as migrações que, em quantidades e qualidades diversas, explicam o ritmo da urbanização, são também uma variável inerente ao circuito inferior. Permitem o crescimento demográfico e econômico do circuito inferior, uma vez que aportam novos agentes, pela produção e pelo consumo, ao conjunto de atividades realizadas com baixos graus de capital, tecnologia e organização. Elas têm um papel central no entendimento da elasticidade do circuito inferior ou naquilo que McGee (1971, p. 74) denominou “natureza autoinflacionária” do mercado popular: “mais pessoas entram no sistema, mais o mercado se expande”.

Já o crédito e o consumo são, claramente, variáveis comuns a ambos os circuitos, ainda que o primeiro motor seja o circuito superior. Visto a partir do circuito inferior, o consumo desponta como um paradoxo porque, de um lado, o consumismo como ideologia dominante reforça o endividamento e a pobreza e, de outro, a vontade de consumir é a razão da produção e da respectiva sobrevivência de grande parte da população metropolitana.

Essas variáveis determinantes da época levam à interdependência dos eventos, que Santos (1996, p. 132) denomina acontecer solidário, isto é, “a realização compulsória de tarefas comuns, mesmo que o projeto não seja comum”. Esses eventos interdependentes podem ser vistos como um acontecer hierárquico, um acontecer complementar e um acontecer homólogo.⁸ A divisão territorial do trabalho hegemônica advém de um acontecer hierárquico ou, em

8 Santos (1996, p. 132) explica que “o acontecer homólogo é aquele das áreas de produção agrícola ou urbana que se modernizam mediante uma informação especializada, gerando contiguidades funcionais que dão os contornos a uma área assim definida. O acontecer complementar é aquele das relações entre cidade e campo e das relações entre cidades, consequência igualmente de necessidades modernas da produção e do intercâmbio geograficamente próximo. Finalmente, o acontecer hierárquico é um dos resultados da tendência à racionalização das atividades e se faz sob um comando, uma organização, que tendem a ser concentrados”.

outras palavras, de eventos que provém de alhures como ordens e comandos de imposição de técnicas, formas de produzir, circular e comunicar. Essa é a importância do circuito superior puro, particularmente das grandes firmas industriais, da informação e da finança, tantas vezes constituindo *holdings* que reúnem diversas formas da produção material e imaterial. Áreas da cidade são remodeladas para abrigar os novos centros de gestão de grandes firmas industriais e comerciais, bancos, seguradoras, consultorias, publicidade, telecomunicações, informática e logística, com a respectiva formação de áreas de comércio e serviços de alto padrão. Esse tipo de oferta do circuito superior, orientada exclusivamente, aos setores de mais altos ingressos caracteriza-se, como lembra Corrêa (1997, p. 76-77), por apresentar “descontinuidades espaciais” porque a população “efetivamente consumidora acha-se concentrada em alguns pontos do território – especialmente nas localidades centrais mais importantes da hinterlândia metropolitana”. Ou, como afirma De Mattos (2004), os serviços pessoais orientados às famílias de classes médias e altas acompanham as novas centralidades do terciário avançado e serviços à produção que se localizam perto das sedes corporativas das grandes empresas, a partir da localização de shopping centers que participam do novo policentrismo metropolitano. A partir das suas pesquisas sobre as metrópoles brasileiras, Davidovich (2004) afirma que funções de um terciário qualificado tendem a concentrar-se na porção núcleo e, mais particularmente, no município central, que concentra os empregos de maior qualificação, também chamados empregos estratégicos.⁹

Mas, esse acontecer hierárquico não se realiza sem comandos localmente gerados, embora mais ou menos obedientes às lógicas globalizadas. Esse é o acontecer complementar, definido pelos eventos e demandas modernos e próximos entre o campo e a cidade, entre cidades e, poderíamos acrescentar, dentro da metrópole.

E essa divisão territorial do trabalho hegemônica, que corresponde ao circuito superior, tampouco se realiza sem o acontecer homólogo, isto é, sem aqueles preceitos e tarefas que necessitam e produzem áreas modernizadas e contíguas como as especializações territoriais produtivas. Os acontecimentos complementar e homólogo permitem entender o crescimento de uma porção marginal do circuito superior, tal como os serviços científico-técnicos para a agricultura de precisão, as pequenas agências de publicidade ou os transportes que completam os trabalhos de que as grandes empresas precisam, mas não lhes interessa realizar.

Todavia, se o circuito inferior não é o motor de tais acontecimentos, ele não falta ali onde esses eventos criam novas formas e áreas e mudam o uso do território. O circuito inferior agrega-se em torno das complementaridades e das áreas homólogas, realizando seu trabalho com outras formas técnicas e organizacionais e com pequenos capitais. Em boa parte das cidades latino-americanas, essa agregação do circuito inferior nas áreas criadas pelo acontecer homólogo e complementar acaba sendo mais densa e extensa do que as aglomerações iniciais. Por isso, o circuito inferior é causa e consequência da imobilidade e da formação de mercados

⁹ Davidovich (2004, p. 214) acrescenta: “a periferia metropolitana tem sido, frequentemente, identificada como lugar dos bolsões de pobreza e da população de baixa renda que deixa o núcleo metropolitano, premida, entre outras causas, pelo ônus dos impostos urbanos”. Refletindo sobre as áreas metropolitanas da América Latina, De Mattos (2004) conclui que as áreas centrais mais antigas e consolidadas perdem população em benefício das áreas da borda metropolitana, ao mesmo tempo em que cresce o periurbano, com ou sem conurbação.

intrametropolitanos, que configuram áreas de especialização e diversidade nas metrópoles.¹⁰ Não esqueçamos tampouco que os agentes vinculados pela produção a um circuito podem consumir em outro – daí a interdependência das demandas. Além disso, a massa de rendimentos dos pobres torna-se hoje interessante e, nessa economia, as trocas na contiguidade são fluídas, o que acaba por majorar o mercado. McGee (1971, p. 74) já alertava para o fato de que “o sistema de fluxos de bens e serviços que caracteriza o sistema de bazaar permite a introdução de mais trabalhadores”.

O adensamento da divisão do trabalho, a expansão da mancha metropolitana e o aumento do consumo e da pobreza concorrem para a formação de novas demandas de produção e circulação de bens e serviços análogos e complementares não apenas dos pobres, mas também de certas parcelas da economia moderna. A existência de agentes com graus diversos de capitalização, tecnologia e organização e de camadas de população com demandas insatisfeitas, em atividades diferentes e complementares, provoca a formação de um circuito inferior e de uma porção marginal vinculada à unificação da divisão do trabalho em diferentes níveis de capitalização.

Se o mesmo trabalho pode ser desenvolvido pelo mesmo trabalhador a serviço de um capitalista industrial ou de um consumidor direto, tornando-se, no primeiro caso, um trabalhador produtivo porque produz capital e, no segundo, um trabalhador improdutivo porque não produz capital, como queria Marx (2011), é verdade que a aglomeração dos agentes do circuito inferior (os ditos trabalhadores improdutivos) torna-se também uma manifestação da cooperação. Em outras palavras, uma força produtiva nova, uma força de massa (Marx, 1986) de escala metropolitana, capaz de produzir ou comercializar aquilo que uma grande parte da população vai demandar. São as economias de aglomeração, resultado de processos espaciais de coesão¹¹ (Corrêa, 1997), cuja gênese não pode ser explicada apenas pela economia superior, mas cuja potencialidade tem sido redescoberta pelas grandes firmas de comércio e serviços.

Nas grandes metrópoles os processos de periferação e coalescência deram lugar a novas formas de coesão, opostas dialeticamente à fragmentação, provocada pelo preço e propriedade da terra, pelas tarifas e qualidade do transporte, pela criação de condomínios fechados e por tantas outras ações corporativas ou do poder público. O corolário é um meio construído¹²

10 Nas áreas de diversidade, o trabalho se especializa e divide em múltiplos circuitos espaciais de produção cuja área de mercado pode ser o bairro ou a cidade, em função da sua condição não hegemônica. A circulação é determinante e, por isso, os circuitos diferentes se entrecruzam e criam um mercado segmentado, que se alimenta da diversidade de fabricação, comércio e serviços. São pontos e áreas densas da divisão do trabalho, onde coexistem técnicas de diferentes momentos históricos. Os prédios são, talvez, a manifestação mais clara das rugosidades que vêm do passado, por sua idade e suas condições. As áreas de especialização urbana tendem a ser um dado do fenômeno metropolitano. Aí, o trabalho se especializa e divide dentro de um mesmo circuito espacial de produção, envolvendo diversas etapas e agentes de diferente poder em complexos processos de cooperação e concorrência (Silveira, 2004).

11 Retomando Hurd, Corrêa (1997) explica que os processos de coesão ou economias de aglomeração resultam do agrupamento de lojas varejistas da mesma linha de produtos que atraem consumidores ou de lojas de produtos diferentes que, por formar um conjunto coeso, acabam por induzir o consumo, mas também de relações de complementaridade (lojas de confecção e oficinas de fabricação), de criação de escala (transportes ou fabricação de bens intermediários) ou troca de informações.

12 “O processo de urbanização envolve a criação de um meio construído, que consequentemente funciona como um vasto sistema de recursos produzidos pelo homem – um reservatório de ativos de capital fixo e imóvel a ser utilizado em todas as fases de produção de mercadorias e no consumo final. Esses ativos devem ser mantidos e, de tempos em tempos, renovados, se a sociedade se reproduz no contexto de um Estado. Certa proporção do produto social, em consequência, deve ser poupada para reproduzir o meio construído” (Harvey, 1975, p. 120).

extenso e fragmentado, indissociavelmente unido a um mercado único e segmentado, feito de uma multiplicidade de divisões territoriais do trabalho que podem ser vistas como a porção marginal do circuito superior e o circuito inferior, enquanto o circuito superior puro divide e unifica no território nacional os pontos e áreas que são úteis a sua produção. Todavia, esse “depósito de meios infraestruturais justapostos, e mesmo sobrepostos, acaba por impor aos atores da cena urbana uma temporalidade própria” (Santos, 1994, p. 98).

Dir-se-ia que o circuito inferior é um mecanismo permanente de integração dos pobres ao meio construído, ao trabalho e ao mercado. Entendendo o mercado como socialmente necessário quando corporifica o circuito inferior, tal como ensina Ribeiro (2005), vê-se aí a busca pela sobrevivência, embora seus agentes sejam subordinados às lógicas de um uso corporativo da cidade e do território. As diferenças de renda e o tamanho das cidades permitem a coexistência de formas diversas de produção e consumo.

Não raro, assistimos na escala urbana certa “esquizofrenia” do Estado entre os processos modernizadores e os clientelismos. De um lado, a partir de decisões políticas provoca-se o envelhecimento do centro da cidade ainda que tal fato seja apresentado como um envelhecimento técnico. A partir da importação acrítica de modelos urbanísticos, com o desenvolvimento de centros empresariais e grandes complexos comerciais e de serviços e com a implantação de projetos de cidades criativas e a promoção de certas atividades culturais e artesanais, as ações do Estado permitem, ao mesmo tempo, uma revitalização das áreas deterioradas que agora são ocupadas novamente pelo circuito superior e o crescimento de uma porção marginal. Amiúde instaura-se certa perseguição de caráter higienista que acaba expulsando os pobres dos centros históricos das grandes metrópoles, até agora lugares de refúgio da economia da pobreza. Formas e conteúdos são redefinidos e, com isso, a capacidade de ação dos agentes. Harvey (2014, p. 34) alerta que “o consumismo, o turismo, as atividades culturais e fundadas no conhecimento, assim como o contínuo recurso à economia do espetáculo, têm se tornado aspectos primordiais da economia política urbana”.¹³ De outro lado, vemos clientelismos de diversas espécies no uso dos recursos públicos, na administração política daquilo que Giddens (1987) denomina recursos de autoridade e recursos de alocação.¹⁴ É o caso das formas de negociação entre o Estado e o comércio e transporte denominados informais.

Ao mesmo tempo em que a metrópole revela novos dinamismos graças à incorporação das variáveis do período, observa-se a multiplicação de vínculos entre as cidades da rede urbana. Há necessidade de mais fluxos materiais e imateriais como consequência do acontecer complementar entre a metrópole e as cidades médias e entre estas, ainda que a crescente segmentação do território permita continuar falando de fluidez potencial e efetiva (Santos; Silveira, 2001). Entretanto, a maior espessura da divisão interurbana do trabalho e as comple-

13 Harvey (2014, p. 34) assevera: “proliferam os centros comerciais e *hipermegastores* (cuja construção se tornou *per se* um grande negócio), assim como os centros de comida rápida e pequenos mercados de artesanato, lojas ocasionais de variedades, cafés de ambiente e estabelecimentos dessa natureza nos quais se pratica, como diz acerbamente Sharon Zukin, a ‘pacificação por meio do *capuccino*’”.

14 Para Giddens (1987), o estrutural é um conjunto de regras e recursos. As regras são elementos normativos e códigos de significação, enquanto os recursos são vistos como de autoridade e de fixação. É um recurso de autoridade a capacidade de coordenar os agentes, ao passo que um recurso de fixação é a capacidade de decidir onde localizar um investimento.

xas formas de cooperação na rede urbana não escondem a existência de fluxos corporativos entre uma certa cidade e o estrangeiro. Assistimos a constituição de uma nova natureza dos circuitos da economia urbana e de novas sinapses entre eles.

Novas articulações entre os circuitos: território usado e rede urbana

No interior de cada circuito há uma articulação horizontal com diferentes graus de integração que, nas metrópoles é alta tanto para o superior como para o inferior. Essa alta integração horizontal do circuito superior metropolitano explica a construção de centros empresariais, nos quais as grandes firmas entrelaçam suas ofertas e demandas na contiguidade. É o exemplo da filial de uma empresa automobilística que contrata os serviços de uma agência global de publicidade com sede na mesma cidade e, frequentemente, na mesma centralidade urbana. No circuito inferior, a integração na contiguidade é um dado constitutivo de sua existência. É o caso da compra de insumos e a contratação de serviços nos limites do bairro. Explicam-se, assim, o adensamento das formas de comércio popular e as localizações próximas a depósitos ou fornecedores, como acontece com as confecções.¹⁵

Há, outrossim, uma articulação vertical entre os circuitos que é uma prova da sua existência relacional. Essa articulação pode assumir a forma de uma complementaridade simples no momento em que o circuito superior vende um insumo ao circuito inferior ou quando o primeiro utiliza alguma economia externa, terceirizando tarefas em favor de um agente pouco capitalizado. É o caso da comercialização do açaí na cidade de Belém, estudado por Montenegro (2014), ou quando o dono de uma mercearia de bairro compra no hipermercado. Existe, no entanto, uma complementaridade hierárquica e complexa quando o pequeno comércio ou mesmo os vendedores ambulantes escoam os bens que sobejam da economia superior ou no momento em que as redes globais e nacionais chegam às áreas periféricas e acabam diminuindo o tamanho dos mercados do circuito inferior. Por exemplo, as firmas Nestlé e Coca-Cola realizam, agora, vendas em domicílio como já o vem fazendo, há anos, a empresa Avon. Para tanto, as próprias moradoras do bairro, sem vínculo empregatício, parecem tornar-se mascates contemporâneos, embora agora dependentes de capitais globais.¹⁶ É também uma complementaridade complexa o empréstimo de dinheiro aos pobres por parte das instituições financeiras de crédito desburocratizado com juros muito altos.¹⁷

A profusão de complementaridades hierárquicas entre os circuitos na metrópole e na rede urbana é um indício do fortalecimento do circuito superior e da ampliação da brecha que o separa da baixa capitalização do circuito inferior. Permanecem as interdependências entre ambos os subsistemas, mas o circuito inferior é, a cada dia, mais subordinado.

15 Na interseção das avenidas Avellaneda e Nazca, área de especialização em confecções na cidade de Buenos Aires, os salões têm fachadas estreitas, embora sejam extensos no interior do quarteirão, permitindo a estocagem de mercadorias. Também há depósitos nas proximidades das lojas. Numa área densa e de alta rotação das mercadorias, a contiguidade é fundamental. O circuito espacial de produção parece completar-se, em parte, no bairro, uma vez que nas ruas paralelas localizam-se lojas de venda de tecidos, zíper e outros insumos necessários à atividade das confecções. Nas vitrines de algumas lojas, solicita-se o serviço de oficina de confecção de calças *jeans* e fabricação de botões.

16 A venda porta a porta busca aumentar o mercado das empresas em áreas pobres e rarefeitas. No Brasil, a firma Nestlé atinge 3,2 milhões de casas por ano, a partir de 11 mil revendedoras. Vendem *kits* de produtos cujo preço é superior ao preço de venda nos supermercados, revelando mais uma forma de extração de mais-valia dos pobres.

17 Na Argentina, mencionamos GE Money, Efectivo Sí, Moni, Prestar Online, Credil, Favacard e Crediclick. A pesquisa de Parserisas (2012) mostrou a presença dessas instituições na província de Buenos Aires. No Brasil, destacam-se BV Financeira, Citifinancial, Finasa, Fininvest, Losango, Panamericano e Ibi.

É assim que, nas atuais condições econômicas e políticas dos países periféricos, assistimos o crescimento intensivo e extensivo do circuito superior. Observado, direta ou indiretamente, por meio de indicadores como o aumento do PIB, do consumo e, por vezes, de certo emprego, o crescimento intensivo revela uma economia que se desenvolve com altos graus de capital, com sofisticadas formas organizacionais e com alta tecnologia e que, por isso, tende a desvalorizar as demais formas de trabalho. A expressão metropolitana desse crescimento intensivo do circuito superior é o aumento das atividades quaternárias, num contexto de inter-relações e interdependências que cria um mercado próprio e permite o desenvolvimento autopropulsivo do circuito superior. Em outras palavras, os oligopólios estabelecem um jogo endógeno de ofertas e demandas cujo rosto mais visível é revelado pelas áreas modernas da metrópole.

A segunda dimensão é o crescimento extensivo do circuito superior ou, em outros termos, sua expansão territorial que vai dos novos centros empresariais da metrópole aos enclaves mais ou menos largos da economia moderna no espaço nacional. Modernizações territoriais, aprofundamento da divisão territorial do trabalho hegemônica, robustecimento do circuito superior são fatores que fazem aumentar as escalas de produção e circulação e a expansão do circuito superior na rede urbana. A presença do circuito superior não é intensa e extensa em todas as cidades, mas sua influência chega por meio de decisões de localização de novas fábricas, redes comerciais e financeiras, pesquisas de consultorias e outras formas da política das empresas, mas também pela aquisição de capitais regionais, por vezes os próprios fornecedores ou subcontratados, pela imposição de novas formas e instrumentos financeiros ou pela chegada de novos tipos de consumo. As vantagens são múltiplas porque ao tempo que as firmas reduzem os custos de transação ao circunscrever suas operações ao âmbito interno, aproveitam o conhecimento socioespacial dos agentes locais e iniciam suas operações com um mercado constituído, que certamente será ampliado ao ritmo do seu comando dos fatores de produção. Por isso, hoje, o circuito superior marginal da cidade média está mais exposto à concorrência do circuito superior metropolitano, tanto mais quanto o território é equipado e torna-se fluído. Nessa direção e revelando uma manifestação da aceleração contemporânea, o circuito superior puro, dotado de mais infraestrutura, formas organizacionais e capacidade financeira que lhe permite abastecer de bens e numerário aos agentes do circuito inferior e da porção marginal do circuito superior nas cidades da rede urbana, tende a suprimir uma divisão territorial do trabalho, cuja função era absorver a defasagem temporal e de volume entre a oferta do circuito superior e a demanda da porção marginal do circuito superior. Por isso, nas áreas mais modernas do território desaparecem certos intermediários.

Poderíamos reconhecer, nesse retrato, elementos morfológicos e funcionais das novas articulações entre os circuitos na rede urbana. Dentre os primeiros, assinalamos as subcentralidades no tecido metropolitano, os novos tipos de centralidades nas cidades médias tais como os *shopping centers*, a existência de depósitos e entrepostos de grandes empresas fora das metrópoles, os novos distritos e parques industriais e tecnológicos. Os elementos funcionais são, por exemplo, a intensa publicidade, a consultoria técnica e mercantil, os novos instrumentos financeiros e a oferta de crédito, a logística e o transporte, as novas formas

de intermediação, como as centrais de compra que asseguram o fornecimento das grandes lojas ou os grandes distribuidores integrados que exercem eles próprios a atividade, como Carrefour e Casino.¹⁸

Graças a esses novos elementos cresce a economia monetária e as redes associadas de diversa natureza, que revelam que o sistema financeiro se alarga e adensa mais do que o sistema bancário. Embora as divisões territoriais do trabalho subordinadas sofram com esses impactos, é verdade que também aumenta o número de agentes e ocupações na porção marginal do circuito superior e a respectiva expansão da divisão interurbana do trabalho. Concomitantemente, aumentam as demais formas de distribuição como as feiras e mercados de rua, assim como outras manifestações do circuito inferior, tanto nas metrópoles como nas cidades médias.

Quanto mais rapidamente se difundem as variáveis do período na rede urbana, através de atividades técnico-científicas, grandes bancos e instituições financeiras, comportando a mais recente vaga de modernização territorial, mais transformações nas articulações verticais entre agentes e atividades se verificam. Essas transformações tornam-se possíveis graças à forte presença do Estado, que é produtor das bases materiais e organizacionais necessárias ao circuito superior.

Por conseguinte, cresce o poder e o raio de ação da metrópole que é a sede das grandes firmas ou, pelo menos, a sede no país das empresas globais. A cada dia com menos frequência, a integração entre os circuitos se realiza nas próprias cidades da rede urbana, uma vez que acontece fora delas, da região e, inclusive, do país. Nesse sentido, dir-se-ia que a cidade média acaba sendo, também, um sumidouro do dinheiro das classes médias e dos pobres.

Todavia, é preciso lembrar que a atual densidade demográfica e a existência de formas técnicas plurais são também materiais do período que permitem outras formas de vida social. Todas essas feições contraditórias da urbanização contemporânea demandam da geografia e das demais disciplinas territoriais uma permanente teorização para renovar o significado dos conceitos e apreender os processos, de modo a alcançar a crítica do real e vislumbrar rumos novos.

Referências

ARROYO, M. A vulnerabilidade dos territórios nacionais latino-americanos: o papel das finanças. In: LEMOS, A. I. G.; SILVEIRA, M. L.; ARROYO, M. **Questões territoriais na América Latina**. Buenos Aires: Clacso/São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006. p. 177-190.

18 Goldfinger (2002, p. 99) explica que a economia industrial fundava-se nas economias de escala de produção, que permitiam reduzir os custos de fabricação, enquanto “a escalada em poder dos distribuidores evidencia a existência de economias de escala em distribuição, que permitem reduzir substancialmente os custos de venda e da entrega ao cliente final”. Lembrando que, “numa economia de abundância, esses custos tornam-se cada vez mais importantes”, assinala que “os distribuidores capitalizam sua dimensão para comprar quantidades importantes de produtos, negociando reduções substanciais de seus preços, e para construir infraestruturas importantes e eficientes de armazenamento e de encaminhamento das mercadorias”.

- CORRÊA, R. L. **Trajetórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- CREUZ, V. A cadência de divisões do trabalho na música: o coexistir de atores sociais do circuito superior e do circuito superior marginal. **Geosp – Espaço e Tempo (Online)**, [S.l.], v. 18, n° 2, p. 370-385, set. 2014. ISSN 2179-0892. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/geosp/issue/view/6465>>. Acesso em: 13 jul. 2015. doi:<http://dx.doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geosp.2014.84539>.
- DAVID, V. C. **Território usado e circuito superior marginal**: equipamentos médico-hospitalares em Campinas, Ribeirão Preto e São José do Rio Preto (SP). Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- DAVIDOVICH, F. A “volta da metrópole” no Brasil: referências para a gestão territorial. In: RIBEIRO, L. C. Q. (Org.). **Metrópoles**: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/Rio de Janeiro: Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional, 2004. p. 197-229.
- DE MATTOS, C. A. Redes, nodos e cidades: transformação da metrópole latino-americana. In: RIBEIRO, L. C. Q. (Org.). **Metrópoles**: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/Rio de Janeiro: Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional, 2004. p. 157-196.
- DIAS, L. C.; LENZI, M. H. Reorganização espacial de redes bancárias no Brasil: processos adaptativos e inovadores. **Cadernos CRH**, v. 22, n. 55, p. 97-117, abr. 2009.
- DUHAU, E.; GIGLIA, A. **Las reglas del desorden**: habitar la metrópoli. México: Siglo XXI, 2008.
- DURAND, J.-P. **La cadena invisible**: flujo tenso y servidumbre voluntaria. México: Fondo de Cultura Económica-Universidad Autónoma Metropolitana, 2011.
- ELLUL, J. **A técnica e o desafio do século**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.
- GAUDIN, T. *L'écoute des silences, les institutions contre l'innovation?* Paris: Union Générale des Éditions, 1978.
- GIDDENS, A. **La constitution de la société**: éléments de la théorie de la structuration. Paris: Presses Universitaires de France, 1987.
- GOLDFINGER, C. **Trabalho e extratrabalho em direcção a uma cidade fluida**. Lisboa: Instituto Piaget, 2002.
- HARVEY, D. **Ciudades rebeldes**: del derecho a la ciudad a la revolución urbana. Buenos Aires: Akal, 2014.
- _____. The political economy of urbanization in advanced capitalist societies: the case of the United States. In: GAPPERT, G.; ROSE, H. M. (Ed.). **The social economy of cities** (vol 9 Urban Affairs Annual Reviews). Beverly Hills/ London: Sage, 1975. p. 119-163.

- LAZZARATO, M. **La fábrica del hombre endeudado**: ensayo sobre la condición neoliberal. Buenos Aires: Amorrortu, 2013.
- MARTÍN-BARBERO, J. Tecnicidades, identidades, alteridades: des-ubicaciones y opacidades de la comunicación en el nuevo siglo. **Diálogos de la Comunicación**, p. 8-23, 2002. Disponível em: <www.infoamerica.org/teoria/martin_barbero1.htm>. Acesso em: 13 jul. 2015.
- MARX, K. **Resultados del proceso inmediato de producción**. México: Siglo XXI, 2011. Libro I. Capítulo VI Inédito.
- _____. **El capital**: crítica de la economía política. México: Fondo de Cultura Económica, 1986. Tomo I.
- McGEE, T. G. **The urbanization process in the third world**: explorations in search of a theory. Londres: G. Bell and Sons, 1971.
- MONTENEGRO, M. R. **Globalização, trabalho e pobreza nas metrópoles brasileiras**. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2014.
- PARSERISAS, D. D. Circuitos de la economía urbana y modernización del sistema financiero de crédito en Olavarría. **Mundo Urbano**, n. 38, mar. 2012. Disponível em: <<http://www.mundourbano.unq.edu.ar/index.php/ano-2012/67-numero-38/229-circuitos-de-la-economia-urbana-y-modernizacion-del-sistema-financiero-de-credito-en-olavarría>>. Acesso em: 13 jul. 2015.
- RIBEIRO, A. C. T. Metrôpole: sentidos da fragmentação. In: SILVA, C. A.; OLIVEIRA, A. L.; RIBEIRO, A. C. T. **Metrôpoles**: entre o global e as experiências cotidianas. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012, p. 93-109.
- _____. Território usado e humanismo concreto: o mercado socialmente necessário. In: SILVA et al. **Formas em crise**: utopias necessárias. Rio de Janeiro: Arquimedes, 2005. p. 93-111.
- RICŒUR, P. **La mémoire, l'histoire, l'oubli**. Paris: Seuil, 2000.
- SANTOS, M. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana nos países subdesenvolvidos. São Paulo: Edusp, 2004.
- _____. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- _____. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.
- _____. **Por uma economia política da cidade**: o caso de São Paulo. São Paulo: Hucitec, 1994.
- _____. **Metrôpole corporativa fragmentada**: o caso de São Paulo. São Paulo: Nobel/Secretaria de Estado da Cultura, 1990.
- _____. *L'espace partagé: les deux circuits de l'économie urbaine des pays sous-développés*. Paris: M.-Th. Génin, Librairies Techniques, 1975.

- _____; SILVEIRA, M. L. **O Brasil:** território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SILVEIRA, M. L. O espaço geográfico: da perspectiva geométrica à perspectiva existencial. **Geosp**, n. 19, p. 81-91, 2006.
- _____. São Paulo: os dinamismos da pobreza. In: CARLOS, A. F. A.; OLIVEIRA, A. U. (Org.). **As geografias de São Paulo**. São Paulo: Contexto, 2004. v. I.
- _____. Finanças, consumo e circuitos da economia urbana na cidade de São Paulo, **Cadernos CRH**, Salvador: Universidade Federal da Bahia, v. 22, n. 55, p. 65-76, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792009000100004&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 14 jul. 2015.
- SUE, R. **La richesse des hommes:** vers l'économie quaternaire. Paris: Odile Jacob, 1997.